



## TRAMA GOLPISTA

# Responsabilização é condição da pacificação

Para Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma, condenações confirmam Estado de Direito e servem para advertir que atos atentatórios à democracia serão rechaçados

» FERNANDA STRICKLAND  
» LUANA PATRIOLINO  
» ALICIA BERNARDES  
» VANILSON OLIVEIRA

Ao dar o último voto na Primeira Turma aos condenados do núcleo crucial da tentativa de ruptura institucional, o ministro Cristiano Zanin, presidente do colegiado, deixou claro que a responsabilização adequada (dos golpistas) é condição essencial para a pacificação social. Segundo o ministro, a condenação dos envolvidos é crucial para a consolidação do Estado Democrático de Direito no país, pois envia uma mensagem clara de que atos atentatórios à democracia não serão tolerados.

Ao enfatizar que “houve a formação de uma organização criminosa armada integrada pelos acusados”, o magistrado lembrou que, depois da derrota eleitoral, Jair Bolsonaro e seus aliados continuaram a estimular os acampamentos na frente dos quartéis do Exército e buscaram “anagiar apoio a tentativa de golpe”. Segundo Zanin, o ex-presidente estava ciente de todas as ações dos outros integrantes da organização criminosa, “anuindo” a cada passo e até “tomando a frente para conchamar a população” a adotar “atos concretos” pela ruptura institucional.

“Era o líder a ser seguido pelos demais integrantes da organização criminosa”, frisou, para acrescentar: “Julgo procedente a pretensão punitiva em relação a este réu (Bolsonaro)”. Para Zanin, não era “crível” que o ex-presidente não tivesse concordado com a elaboração do decreto da minuta do golpe e de um discurso de “pose”, que seria, supostamente, lido depois da concretização do golpe, no fim de 2022, quando já fora derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva.

No voto, o ministro também afastou as principais teses das defesas dos condenados: validou a delação premiada de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, destacando que “havia, por parte

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Segundo Zanin, não é “crível” que Bolsonaro estivesse apartado das manobras de auxiliares para dar o golpe



**Acredito que nós estamos encerrando os ciclos do atraso na história brasileira, marcados pelo golpismo e pela quebra da legalidade constitucional”**

**Pronunciamento do ministro Luis Roberto Barroso ao final do julgamento**

do colaborador, a intenção de cumprir o que foi acordado com a Polícia Federal”; e rejeitou as alegações de cerceamento de defesa, afirmando que todos os documentos estavam disponíveis às equipes jurídicas. “Não há negativa de que foi disponibilizado todo o material probatório. Ao contrário: se houve alguma dificuldade de manipulação dos dados, caberia aos advogados buscar auxílio técnico”, afirmou. Mais: negou a suspeição do relator, Alexandre de Moraes, e rejeitou o pedido da defesa do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) para ser excluído da acusação de organização criminosa. “Não vejo nenhuma razão”, disse Zanin.

Ao final, o ministro cedeu a liderança da turma ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Em pronunciamento, salientou que

“tratou-se de um julgamento público, transparente, com devido processo legal, baseado em provas as mais diversas: vídeos, textos, mensagens, confissões. As compreensões contrárias fazem parte da vida, mas só o desconhecimento profundo dos fatos ou uma motivação descolada da realidade encontrará neste julgamento algum tipo de perseguição política”.

Segundo Barroso, “o Tribunal cumpriu missão importante e histórica de julgar, com base em evidências às quais todos têm acesso, importantes autoridades civis e militares pela tentativa de golpe de estado. Ninguém sai hoje daqui feliz”. E completou afirmando que “acredito que nós estamos encerrando os ciclos do atraso na história brasileira, marcados pelo golpismo e pela quebra da legalidade constitucional”.

## Fux: isolado, calado e cabisbaixo

» FABIO GRECCHI

O dia seguinte ao voto de mais de 12 horas de duração, no julgamento dos integrantes do núcleo crucial da trama golpista, foi de isolamento do ministro Luiz Fux diante dos demais integrantes da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Calado e cabisbaixo, teve de se submeter à própria regra que cobrou, com veemência, logo na primeira sessão, quando lembrou ao presidente do colegiado, Cristiano Zanin, que não deveria haver apartes quando da leitura das manifestações. Mas a postura do magistrado demonstrou, também, o quanto ficou isolado em função do longo, surpreendente e contraditório voto — se comparado com decisões anteriores relacionadas ao mesmo processo —, que causou mal-estar entre os próprios pares.

Por conta disso, teve de escutar (poucas, registre-se) ironias e indiretas dos demais ministros, mantendo-se, todo o tempo, absorto em relação aos papéis que manuseava. Enquanto isso, na leitura do voto da ministra Cármen Lúcia, havia uma intensa troca de ideias e amenidades entre ela, Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Houve espaço, também, para comentários bem humorados, tal como quando a ministra cobrou de Moraes a devolução da palavra ao alongar-se em um comentário — “tenho um voto para ler”, brincou a magistrada.

A certo momento do voto da ministra, Fux deixou o plenário. Afastou-se da sessão por cerca de cinco minutos no momento em que a decana do colegiado sustentava que houve violência na tentativa

Evaristo Sá/APP



Ao longo da sessão, ministro não interagiu com os colegas de turma e ouviu quieto algumas ironias e críticas

de golpe de Estado e que foi constituída organização criminosa para atentar contra a democracia. Os dois fatos tinha sido refutados por Fux no dia anterior, pois que ele não enxergou, ao votar, a existência de uma organização criminosa formada para dar o golpe de Estado e que essa mesma tentativa de ruptura da institucionalidade democrática não passou de uma cogitação.

De volta ao plenário, Fux falou algo com Dino. Mas a expressão corporal de ambos demonstrava haver um desconforto entre eles. O ex-ministro, que estava à frente da pasta da Justiça quando da invasão dos bolsonaristas às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, apenas balançou a cabeça em resposta ao colega — foi a única interação com o restante da turma no momento em que

eram lidos os votos. Fux apenas se manifestou quando o colegiado passou a debater a dosimetria das penas dos condenados.

O único momento em que o ministro abandonou a postura de isolamento foi quando Moraes pediu a palavra para reforçar o argumento de Cármen de que Jair Bolsonaro chefiou a organização criminosa golpista. Quando o relator da ação penal exibiu vídeos que exemplificavam que o golpismo esteve em curso enquanto o ex-presidente esteve à frente do governo, Fux se colocou atento ao que passava no telão da Primeira Turma. Mas, assim que as imagens se encerraram, voltou a abaixar a cabeça e manusear documentos.

Nos bastidores da Corte, o que se comentava enquanto Fux gastava mais de 12 horas para justificar suas decisões, é que o dia seguinte

seria de respostas contundentes ao ministro. O que se viu, porém, foi o contrário, apesar de uma ou outra ironia. No mais, a percepção era de que, depois da maratona do dia anterior, o colegiado pretendia dar celeridade ao julgamento e concluiu-o no dia de ontem, inclusive debatendo a dosimetria dos oito do núcleo crucial do golpe. Tanto que o voto da ministra não foi lido na íntegra — ela preferiu comentá-lo, da mesma forma como optou pelo mesmo formato para refutar as preliminares propostas pelos advogados dos agora condenados. O mesmo foi feito por Zanin, que não chegou a gastar duas horas para expor sua manifestação.

Na sequência, o colegiado passou à decisão das penas a serem impostas aos réus. Foi quando Fux deixou a postura de alheamento. (Com Agência Estado)

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



## Condenação de Bolsonaro é marco da história republicana

A condenação de Jair Bolsonaro pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) já projeta seus efeitos jurídicos, políticos e diplomáticos. Pela primeira vez na história do Brasil, um ex-presidente e quatro oficiais da mais alta patente — três generais e um almirante — são condenados por tentativa de golpe de Estado. Bolsonaro recebeu a pena de 27 anos e três meses no julgamento da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023.

As razões históricas são conhecidas. Desde a Proclamação da República, fruto de um golpe militar, o Brasil viveu dois longos períodos ditatoriais, após a Revolução de 1930 e o golpe de 1964, ambos precedidos por várias tentativas de golpe de Estado. Sucessivas anistias permitiram que os conspiradores obtivessem êxito nos dois casos.

A pena contra Bolsonaro é duríssima: dos 27 anos e três meses, 24 anos e nove meses são de reclusão (ou seja, pena para crimes que preveem regime fechado). E dois anos e seis meses de detenção (pena para crimes de regime semiaberto ou aberto). Como a pena total é superior a oito anos, Bolsonaro terá de começar a cumpri-la em regime fechado.

Depois do longo voto divergente do ministro Luiz Fux, na quarta-feira, que encampou as principais teses das defesas de Bolsonaro e demais réus, houve, ontem, uma aceleração do julgamento, a partir dos votos da ministra Cármen Lúcia, decana da Turma, e do seu presidente, ministro Cristiano Zanin. Passou-se imediatamente à definição da dosimetria das penas e à proclamação do resultado do julgamento, que deveriam ocorrer hoje.

Todos os demais réus da ação penal foram condenados a penas duríssimas, com exceção do tenente-coronel Mauro Cid, que fez delação premiada: foi condenado a dois anos de prisão em regime aberto. Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a 16 anos, um mês e 15 dias de prisão; Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, a 24 anos de prisão; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal, a 24 anos de prisão; Augusto Heleno, a 21 anos; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, a 19 anos; e Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, a 26 anos, sendo 24 anos de reclusão (pena para crimes de regime fechado) e dois anos de detenção (pena para crimes de regime semiaberto ou aberto), a segunda maior punição.

Quem imagina que se trata de assunto resolvido, porém, deve pôr as barbas de molho. Esse curto período entre o julgamento e a execução da pena abre uma janela para a retomada das articulações para aprovação de uma anistia pelo Congresso, embora todos os atores políticos saibam que seria inconstitucional, pois o Parlamento não é uma casa revisora das decisões do Supremo.

### Reação política

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ), diz ter apoio para pautar uma anistia ampla com adesão de segmentos do Centrão. Na próxima semana, as pressões para obrigar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pôr o projeto em votação, recrudescerão. A palavra de ordem é “pacificação”, mas o alvo é reorganizar a base para 2026, mirando o apoio do ex-presidente, que está inelegível, à candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) à Presidência. O governador de São Paulo já anunciou a ida ao Congresso na próxima semana, para articular a aprovação da anistia.

Tarcísio também sabe que a anistia é inconstitucional, mas, ao mesmo tempo, será uma bandeira eleitoral para mobilizar o apoio dos aliados de Bolsonaro. Não foi à toa que prometeu indulto ao ex-presidente como “primeiro ato” de seu eventual governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se deu conta que está em curso um cerco eleitoral, unidos os partidos de extrema-direita e setores conservadores, a partir de um arranjo eleitoral em São Paulo, no qual o prefeito Ricardo Nunes (MDB) disputaria o Palácio dos Bandeirantes e o clã Bolsonaro herdaria a prefeitura da capital, por meio do vice-prefeito Mello Araujo, um coronel bolsonarista da Polícia Militar paulista.

A linha de defesa do governo contra a anistia está organizada no Senado, cujo presidente, Davi Alcolumbre (União-AP), articula um projeto de redução das penas sem apagar as responsabilidades. Se prevalecer, esvaziaria a anistia geral. Se fracassar, a Câmara pode impor uma versão maximalista e tensionar a separação de Poderes, abrindo uma crise de natureza institucional. O vetor de maior ou menor adesão à anistia é orçamentário e eleitoral.

O Centrão negocia espaço no Orçamento, posições eleitorais e uma narrativa moderada. Para o Executivo, a prioridade é evitar um “perdão legislativo” que desautorize o STF e comprometa a governabilidade. No plano jurídico, a dosimetria ganha centralidade como sinal de firmeza diante das pressões do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Entretanto, as penas duríssimas reforçam o apelo emocional do perdão.

No tabuleiro diplomático, a Casa Branca aumentará a pressão econômica e na opinião pública. A condenação reacendeu holofotes em Washington. Com a retórica de perseguição, Trump voltou a sair em defesa de Bolsonaro e já anunciou que haverá novas retaliações.